



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

ANA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: construção x imposição

CAMPINA GRANDE – PB

2014

ANA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: construção x imposição

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação **Licenciatura Plena em Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vagda Gutemberg
Gonçalves Rocha

CAMPINA GRANDE – PB

2014

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

O48p Oliveira, Ana Maria Rodrigues de.
Projeto político-pedagógico [manuscrito] : construção x
imposição / Ana Maria Rodrigues de Oliveira. - 2014.
24 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2014.
"Orientação: Profa. Dra. Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha,
Departamento de Pedagogia".

1. Projeto político-pedagógico 2. Planejamento educacional.
3. Política educacional. I. Título.

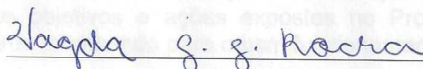
21. ed. CDD 371.207

ANA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO: construção x imposição

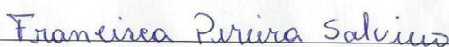
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação **Licenciatura Plena em
Pedagogia** da Universidade Estadual da Paraíba,
em cumprimento à exigência para obtenção do grau
de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em 16/04/2014.



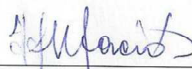
Profª Drª Vagda Gutemberg Gonçalves Rocha / UEPB

Orientadora



Profª Drª Francisca Pereira Salvino / UEPB

Examinadora



Prof. Ms. Inácio de Araújo Macedo / UEPB

Examinadora

RESUMO

ANA MARIA RODRIGUES DE OLIVEIRA¹

Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, toda escola precisa ter um projeto político-pedagógico (o PPP, ou simplesmente, projeto pedagógico). Esse documento deve explicitar as características que gestores, professores, funcionários, pais e alunos pretendem construir na unidade e qual formação querem para quem ali estuda. Elaborar um plano pode ajudar a equipe escolar e a comunidade a enxergar como transformar sua realidade cotidiana em algo melhor. A outra possibilidade - que costuma ser bem mais comum do que o desejado - é que sua elaboração não signifique nada além de um papel guardado na gaveta. Se bem formatado, porém, o próprio processo de construção do documento gera mudanças no modo de agir. Este artigo tem por objetivo refletir sobre a construção do Projeto Político Pedagógico na escola como um processo coletivo, envolvendo os diversos agentes que fazem parte da realidade escolar. Tendo em vista que a escola é constituída de diferentes segmentos, o projeto político pedagógico só cumprirá o seu papel se for uma construção coletiva com o objetivo de melhorar a prática educativa. O estudo foi desenvolvido em uma escola privada de Campina Grande/PB, através de uma pesquisa de cunho qualitativo e justificamos a pertinência do tema por compreendermos que a escola possui uma identidade própria, que se constitui sob a influência da sua realidade local e das diretrizes/teorias gerais da educação. Para a consecução desse artigo, realizamos uma pesquisa com 4 professoras e com a diretora da escola campo de pesquisa. Através dos dados coletados é possível afirmar que a escola pesquisada não incentiva a participação de suas professoras na construção do seu PPP. Compreendemos que tal ação não contribui para a efetivação dos objetivos e ações expostos no Projeto e distancia-se do que a literatura na área recomenda para o bom funcionamento da escola.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político-Pedagógico. Construção. Imposição.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. E-mail: anamaria.futura@hotmail.com

ABSTRACT

Since the promulgation of the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB) in 1996, every school must have a political-pedagogical project (PPP, or simply teaching project). This document should explain the features that administrators, teachers, staff, parents and students plan to build the unit and what training they want for those who study there. Develop a plan can help school staff and the community to see how to transform your everyday reality into something better. The other possibility - which is usually much more common than desired - is that their preparation does not mean anything other than a stored paper in the drawer. If well-formed, however, the process of building the document itself generates changes in the way you act. This article aims to reflect on the construction of the Political Pedagogical Project in school as a collective process, involving several agents that are part of the school reality. Given that the school consists of different segments, the political pedagogical project will only fulfill its role if it is a collective construction with the goal of improving educational practice. The study was conducted at a private school in Campina Grande / PB, through a qualitative study and justify the relevance of the topic to understand that the school has its own identity, which is under the influence of their local reality and guidelines / general theories of education. To achieve this article, we conducted a survey with 4 teachers and the school principal field of research. Through the data collected we can say that the school does not researched encourages the participation of their teachers in building their PPP. We understand that such action does not contribute to the realization of objectives and actions set out in the Project and distances itself from that recommended in the literature for the proper functioning of the school area.

KEYWORDS: Political Pedagogical Project. Construction. Imposition

1 . INTRODUÇÃO

Este artigo tem o objetivo de refletir sobre o processo de construção do Projeto Político Pedagógico a partir da experiência de uma escola privada em Campina Grande/PB. A discussão sobre a importância do Projeto Político Pedagógico tem ocupado cada vez mais lugar de destaque no âmbito educacional. Muito tem se falado sobre este documento que tenta refletir a realidade escolar e que a escola tem autonomia para elaborá-lo, relacionando-o diretamente à identidade da instituição. Pensar um projeto de educação implica pensar o tipo e qualidade de escola, a concepção de homem e de sociedade que se pretende construir. O Projeto Político Pedagógico é a própria organização do trabalho pedagógico escolar como um todo em suas especificidades, níveis e modalidades. A construção do Projeto Político Pedagógico contribui para estabelecer novos paradigmas de gestão e de práticas que visem corresponder às necessidades e aos anseios de todos os que participam do cotidiano escolar.

A necessidade de um Projeto Político Pedagógico na escola antecede a qualquer decisão política ou exigência legal. Os membros de uma instituição escolar devem ter claro a que horizonte pretendem chegar com seus alunos, com a comunidade e com a sociedade. Escolas e dirigentes dos sistemas educacionais devem assumir um pacto pela qualidade de ensino e não enxergar o Projeto Político Pedagógico apenas como cumprimento da lei.

As mudanças não acontecem só se forem de cima para baixo. Devemos considerar que a escola é fruto da sociedade, é consequência dos saberes construídos social e culturalmente, subjetivamente pelas pessoas que estão fora e dentro dela.

Considera-se que o Projeto Político Pedagógico deve ser o fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidos pela coletividade que, através da reflexão, estabelece as ações necessárias à construção de uma nova realidade. É antes de tudo, um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, seus pais e comunidade como um todo.

O projeto pedagógico tem duas dimensões, como explicam André (2001) e Veiga (1998): a política e a pedagógica. Ele "é político no sentido de compromisso

com a formação do cidadão para um tipo de sociedade" (André, 2001, p. 189) e "é pedagógico porque possibilita a efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo" (Veiga, 1998, p. 12). Essa última é a dimensão que trata de definir as ações educativas da escola, visando à efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade. Assim sendo, a "dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica" (Saviani, citado por Veiga, 2001, p. 13).

2. O QUE É PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ?

Projeto Político Pedagógico é mais que um documento que contem os princípios da escola. Cada escola deve ter seu projeto político pedagógico que é elaborado pela direção, professores e representantes da comunidade escolar. No documento deve constar os objetivos, as metas e diretrizes que a escola pretende adotar. Por se tratar de um documento flexível, pode ser modificado quando necessário, mas algumas escolas mantêm seu projeto por muitos anos. Muitas vezes por ser mais cômodo, ou até mesmo, como ouvimos de uma diretora: "em time que está ganhando não se mexe". Ou seja, quando as notas são altas e tudo vai bem, ninguém pensa em discutir a relação. Se o boletim e o comportamento deixam a desejar, começa o jogo de empurra. Professores culpam a família "desestruturada", que não impõe limites nem se interessa pela Educação. Os pais, por sua vez, acusam a escola de negligente, quando não tacham o próprio filho de irresponsável. Nessa briga nada saudável, a única vítima é o aluno. Diante desse panorama, percebemos a necessidade de um projeto político pedagógico flexível que venha direcionar a comunidade escolar de acordo com as necessidades do momento vivido.

Segundo José Carlos Libâneo (2001), o projeto político pedagógico foi definido como sendo o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar.

Quando é decidido elaborar o projeto político pedagógico de uma escola, passa-se a planejar o que tem-se o propósito de executar, de concretizar. Faz-se brotar algo novo, com base no que se tem, empenhando-se na busca do possível.

É prever um futuro oposto à realidade presente. Nas palavras de Gadotti:

Todo projeto supõe *rupturas* com o presente e *promessas* para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (GADOTTI,1994, p. 579)

Entendemos que o Projeto Político Pedagógico é bem mais que um mero conjunto de planos de ensino e atividades variadas.

O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado as autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. (VEIGA,1998, p.11-35)

Partindo desse pressuposto, compreendemos que a escola possui uma identidade própria, que se constitui sob a influência da sua realidade local e das diretrizes/teorias gerais da educação. Infelizmente, essa identidade nem sempre é reconhecida pela própria escola, o que faz com que a mesma, na maioria das vezes, reduza a sua função simplesmente ao repasse de conteúdos prontos e acabados, sem relacioná-los ao público ao qual atende.

2.1 Da construção do Projeto Político Pedagógico

Na hora de construir um Projeto Político Pedagógico, alguns aspectos importantes não podem faltar. LIBÂNEO (2004) sugere um roteiro de projeto “pedagógico curricular” que contempla nove grandes itens:

- I. *Contextualização e Caracterização da escola* – está relacionado a identidade da escola, seu histórico, situação física, recursos humanos e materiais.
- II. *Concepção de educação e práticas escolares* – estatuto, regimento, planos e projetos existentes, desempenho escolar dos alunos e desempenho global da escola.
- III. *Diagnóstico da situação atual* – o diagnóstico trabalha a dimensão da realidade. Que características têm a comunidade, a escola e a clientela a que escola atende.

- IV. *Objetivos gerais* – Para que um projeto dê certo, é muito importante definir objetivos gerais em relação aos problemas definidos quanto a: contexto e características da escola, resultados educacionais e convivência.
- V. *Estrutura de organização e gestão* – que formas de organização e gestão escolar são adotadas, como se dá a participação da comunidade na gestão da escola.
- VI. *Proposta curricular* - Como a escola vem trabalhando o atendimento à Base Nacional Comum, integração de disciplinas e definição de temas transversais.
- VII. *Proposta de formação continuada de professores* – acesso dos professores à qualificação.
- VIII. *Proposta de trabalho com pais, comunidade e outras escolas de uma mesma área geográfica* – Formas de integrar à comunidade à escola através de parcerias com pais e entidades.
- IX. *Formas de avaliação do projeto* – O projeto deve ser objeto de avaliação continuada (p. 164-5).

Segundo Veiga (2001, p. 11) a concepção de um projeto pedagógico deve apresentar características tais como:

- a) Ser um processo participativo de decisões;
- b) Preocupar-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que desvele os conflitos e as contradições;
- c) Explicitar princípios baseados na autonomia da escola, na solidariedade entre os agentes educativos e no estímulo à participação de todos no projeto comum e coletivo;
- d) Conter opções explícitas na direção de superar problemas no decorrer do trabalho educativo voltado para uma realidade específica;
- e) Explicitar o compromisso com a formação do cidadão.

A execução de um projeto pedagógico de qualidade deve, segundo a mesma autora (VEIGA, 1998. p.11-35) , apresentar as seguintes características:

:

- a) Nascer da própria realidade, tendo como suporte a explicitação das causas, dos problemas e das situações nas quais tais problemas aparecem;
- b) Ser exequível e prever as condições necessárias ao desenvolvimento e à avaliação;
- c) Ser uma ação articulada de todos os envolvidos com a realidade da escola;
- d) Ser construído continuamente

O Projeto Político Pedagógico, não pode ser imposto, mas construído coletivamente, por se tratar de um documento que expressa a identidade de uma

comunidade (escolar) e não de um grupo ou equipe técnica, sendo uma necessidade e não apenas uma obrigação.

Essa construção será possível por meio das discussões e reuniões que envolvem toda a comunidade escolar, ou seja, equipe administrativa, financeira e pedagógica, alunos, familiares e comunidade, focando sempre a melhoria da prática educativa e transformando ideias e concepções em movimentos de ações importantes e fundamentais para o processo de construção.

Todo processo requer um articulador que, no caso da construção do Projeto Político-Pedagógico, pode ser o diretor da escola, o supervisor, o coordenador ou outra liderança expressiva na realidade escolar. Conforme o tamanho da escola – espaço físico e número de funcionários/alunos – poderá existir uma equipe articuladora. A essa equipe caberá conhecer e refletir sobre as metodologias possíveis de construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico e planejar as formas de participação e sensibilização dos demais sujeitos durante o processo de construção. Por reconhecermos que existem diferentes realidades escolares, optamos por denominar, neste artigo, de articulador ou equipe articuladora quem assume a liderança desse processo.

A ideia da equipe se pauta, também, na motivação do próprio articulador que, se estiver sozinho, poderá se abater por dificuldades possíveis e prováveis que encontrará na caminhada. Sendo parte de uma equipe, sempre há a possibilidade de ajuda mútua, de troca, do estabelecimento de uma rede de apoio da qual devem fazer parte, também, a literatura que trata à respeito do tema. Essa rede de apoio pode, inclusive, estabelecer ligações com outras escolas que já tenham caminhado mais adiante em relação a esse processo, promovendo, assim, troca de experiências entre diferentes realidades.

O papel da equipe de apoio é fundamental na viabilização do processo, pois é dela a função de planejar ações para sensibilizar os envolvidos, buscando conscientizar (e estar consciente e convencida) da importância desse documento para promover melhor qualidade nas práticas da escola e, conseqüentemente, da educação.

2.1.1 O envolvimento dos funcionários da escola

A existência de uma escola requer o trabalho de muitas pessoas que interferem diretamente no seu cotidiano. Neste sentido, é preciso envolver todos os seus funcionários – da secretaria, limpeza, cozinha, biblioteca, entre outros – na elaboração do Projeto Político Pedagógico para que este possa retratar a realidade global da comunidade escolar.

Os funcionários devem ser sensibilizados a participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico, o que poderá acontecer de diversas formas: acreditando que este processo pode melhorar a educação; buscando as questões que influenciam o trabalho desenvolvido na escola; relatando, por meio de questionários e entrevistas, sua prática e o que acreditam ser necessário mudar para ter um ensino de qualidade; e procurando trazer soluções para as questões-problema da escola.

A participação dos mais diferentes segmentos faz com que, na sua individualidade, o funcionário da escola perceba a importância da sua função na organização e funcionamento da escola. Esta conscientização terá reflexos na coletividade já que cada um poderá passar a exercer seu papel compreendendo a influência que exerce sobre a função do outro.

2.1.2 O envolvimento dos professores

Cabe ressaltar a importância de os professores aderirem à elaboração do Projeto Político Pedagógico e com ele se comprometerem, trazendo para as discussões sua visão de educação e ações possíveis de serem executadas e que possam melhorar a qualidade da educação na escola. Neste sentido, professores são agentes essenciais para elaborarem a redação técnica e buscarem o referencial teórico para fundamentar os ideais e opiniões expostos nas reuniões. Esta redação poderá ter o apoio de outros agentes envolvidos na construção, sendo que alguns cuidados para evitar o desânimo e a descrença são muito importantes. Segundo Vasconcelos (2004b, p.44),

- I. Para resgatar a credibilidade dos educadores nos processos de planejamento, é decisivo que possam vivenciar: é desgastante quando a escola fica anos elaborando seu projeto.
- II. Algo que efetivamente aconteça, que na Realização Interativa revele a pertinência e a viabilidade de concretização.

2.1.3 Envolvimento dos alunos, das famílias e da comunidade

Quando o Projeto Político-Pedagógico é elaborado, é necessário conhecer a realidade em que vivem os alunos da escola, a sua história de vida e os seus sonhos para o futuro e refletir sobre eles. Neste sentido, a equipe articuladora precisa buscar alternativas que possam envolver alunos, pais e comunidade nesta elaboração, levando-os a participar, observar, dialogar e entender a importância da escola para a vida deles. Lembrando que

A participação é uma resposta a um dos anseios mais fundamentais do homem: ser levado em conta, tomar parte, ser incluído, ser respeitado. Todavia a participação só tem sentido quando existe por detrás uma ética, uma disposição em mudar realmente o que for necessário e não apenas as aparências [...] (VASCONCELLOS, 2004, P. 24-5)

Participar efetivamente e além das aparências é o que sinaliza Vasconcellos (2004). A participação só ganha sentido quando realmente é vivida e concretizada na prática. Por tanto, é relevante lembrarmos que a escola existe em função do aluno e que é ele quem vive mais diretamente o processo pedagógico, a realidade escolar. Conteúdos, avaliação, relações sociais e valores vão constituindo, diariamente, a história de vida de cada criança e, possivelmente, cada criança terá algo a dizer sobre esses assuntos que vivencia.

Durante a elaboração, os alunos devem ser ouvidos para que possa ser entendida a visão que os mesmos têm da escola onde estudam. As formas como as crianças expressam o que pensam são muito diversas das formas que os adultos utilizam. Adultos falam e escrevem, basicamente. Crianças exteriorizam por meio das notas, do empenho, da alegria (ou não) de estarem na sala, da preferência pelo recreio e não pela sala de aula, do número de faltas, da evasão, da reprovação, da violência e da depredação contra pessoas e estrutura física da escola. Promover a participação dos alunos significa atestar para eles sua importância, bem como mostrar que a escola se preocupa com eles e deseja assumir a responsabilidade de buscar caminhos que possibilitem transformar a realidade em que vivem.

A participação da família nas discussões possibilita à escola compreender e reconhecer mais profundamente a realidade de seus alunos. A escola é uma parceira na educação das crianças, é uma das instâncias responsáveis pela formação humana, não a única. A família é, geralmente, a primeira que estabelece

uma relação entre a criança e o mundo. Concepções, valores, comportamentos que a criança desenvolve estão relacionados com essa experiência ou com a falta dela. Ouvir os pais significa abrir a escola para quem, mesmo não estando presente diretamente na escola, está envolvido com ela, tendo interesse em tudo o que ocorre nos tempos e espaços da instituição.

A contribuição dos pais pode não ter base teórica, mas, certamente, trará angústias, desejos e medos que eles sentem em relação à vida escolar de seus filhos. Trará sentimentos que, se até aquele momento não influenciavam diretamente a organização da escola por não estarem nela envolvidos, exerciam influência sobre a motivação com que mandavam as crianças para a escola e as matriculavam. Além desse aspecto, é possível que os pais reinventem o olhar que a escola, principalmente por meio do professor, possui em relação à prática pedagógica e à organização.

O olhar que vem de fora proporciona a observação de pontos que já se acomodaram aos olhos daquele que convive diariamente naquele espaço. Pelos motivos expostos é que, no processo de construção do Projeto Político-Pedagógico, é muito importante a escola conhecer a realidade que a cerca: que tipo de comércio existe, qual a cultura de sua comunidade, que tipo de atividades acontece nas proximidades e de que forma são utilizados os tempos e espaços existentes fora dos portões da escola. Nesse sentido, a equipe articuladora deve afirmar a escola como um espaço comunitário. Estudar esse espaço mais amplo significa buscar compreender que expectativas a comunidade em geral têm em relação à escola e reconhecer que os agentes dessa comunidade podem contribuir para melhorar a prática educacional ali existente.

Neste contexto, não há como conceber um Projeto Político Pedagógico da escola sem considerar a família como parte significativa no conjunto de suas deliberações e sem a adoção de um plano eficiente de gestão com base na democracia. É necessário que a escola seja capaz de incorporar e considerar as pluralidades em nível de participação como um valioso instrumento para se pensar como instituição, tomando a leitura da realidade da comunidade como aliada no processo de intervenção e transformação, como propõe Rosenfield (1994, p. 39) ao conceituar liberdade:

A sua significação repousa, na criação de um espaço comum onde os homens se reúnem para deliberarem juntos sobre seus problemas coletivos, não somente sobre os grandes problemas do estado, mas sobre tudo o que diz respeito do bairro à escola e seus assuntos comuns. Somente assim podem os indivíduos desligar-se de seus negócios privados, intervindo na resolução dos problemas da coletividade.

Portanto, não há como ignorar o grau de participação da família enquanto instituição social nas tomadas de decisão da escola, que exercendo hoje o papel de formadora da sociedade deve estar aberta às questões de ordem coletiva que atingem a comunidade extra-escolar.

3. O Projeto Político Pedagógico na Escola Evolução Infantil

3.1 Caracterização da Escola

A *ESCOLA EVOLUÇÃO INFANTIL*² é uma Instituição particular fundada no ano 2000, num bairro humilde da zona oeste de Campina Grande. A escola funciona apenas no turno da tarde, atendendo 185 alunos com turmas de educação infantil e fundamental 1 (do maternal ao 5º ano) tendo em média 23 alunos por sala. O horário de funcionamento é das 13 às 17 horas.

O espaço físico é composto por 8 salas de aula, Direção/secretaria, sala de vídeo/brinquedoteca, sala dos professores, almoxarifado, cozinha, banheiro para professores e funcionários, banheiros para alunos (2 femininos e 2 masculinos - sendo 1 de cada adaptado para crianças menores), 2 pátios para recreação sendo um coberto e o outro descoberto.

A escola dispõe de uma boa estrutura física, pisos e paredes em cerâmica e ventiladores em todas as salas. Dispõe também de equipamentos eletrônicos, tais como: TV, DVD, aparelho de som, copiadora, máquina fotográfica, 2 computadores com internet. Conta também com uma caixa amplificadora, microfones e datashow (que são usados nos eventos escolares ou grandes reuniões).

A biblioteca funciona num lugar improvisado próximo ao almoxarifado, o acervo é pequeno e serve apenas para consulta e pesquisa dos professores.

² Nome fictício

A equipe de gestão é formada apenas por uma diretora e uma coordenadora pedagógica, que acumula a função de secretária escolar. A escola dispõe de 8 professoras, 1 auxiliar de Educação Infantil e 1 Auxiliar de serviços gerais.

Apesar da grande necessidade, a escola não dispõe de equipe técnica especializada como psicólogo, professor de educação especial e orientador educacional, mesmo contando com 2 casos de autismo e vários outros de distúrbios de aprendizagem.

A maioria dos funcionários reside no mesmo bairro da escola, o que justifica o grande entrosamento dos funcionários com a comunidade.

A diretora da escola é graduada em matemática e professora da Rede Estadual há mais de 16 anos. A mesma se intitula com vasta experiência na prática docente e julga-se capaz de liderar e decidir os processos educativos.

Na escola, todavia, alguns professores discordam da forma com que esta conduz a instituição, principalmente pelo caráter individualista e autoritário.

A coordenadora pedagógica da escola mantém uma boa relação com professores e funcionários, é reconhecida por eles como uma pessoa que se dispõe a auxiliar o grupo diante de qualquer circunstância.

3.2 Organização do trabalho de equipe

A estrutura do trabalho na escola encontra-se prevista no calendário escolar e é realizada da seguinte forma:

Reunião Quinzenal: a cada 15 dias a coordenação reúne a equipe de professores ao fim do expediente para serem discutidos assuntos referentes a aspectos cotidianos.

Planejamento Pedagógico Mensal: acontece toda última sexta-feira do mês, nesse dia não tem aula na escola, a equipe se reúne para planejar as aulas, os eventos e os projetos do mês seguinte. Nesse planejamento são discutidos e avaliados assuntos relacionados à parte pedagógica.

Plantão Pedagógico: é a conhecida reunião de pais e mestres, que ocorre ao fim de cada bimestre com os pais e responsáveis.

Essa reunião tem a finalidade de discutir e informar o rendimento escolar de cada aluno.

3.3 Metodologia e Caracterização dos participantes da pesquisa

Participaram dessa pesquisa, de cunho qualitativo, 4 docentes, denominadas como: *PROFESSORA A*, *PROFESSORA B*, *PROFESSORA C* E *PROFESSORA D*, sendo as professoras A e B docentes da Educação Infantil e C e D docentes do Ensino Fundamental 1. Todas com mais de 4 anos de trabalho nesta instituição. As professoras A, B e D tem formação de nível médio magistério (Escola Normal), e a professora C, é formada em pedagogia pela UEPB. Participou também a diretora (proprietária da escola), Licenciada em Matemática pela UEPB, professora efetiva do Estado há 14 anos, denominada aqui como : *DIRETORA X*. Buscou-se para a realização deste trabalho um estudo de caso, em que se analisou o processo de construção do PPP da escola.

Inicialmente, consultamos bibliografias pertinentes ao trabalho em questão, essas serviram como base teórico-metodológica da pesquisa, bem como a vivência escolar. Posteriormente, visitamos a escola para conhecer a sua realidade e a comunidade envolvida. A partir desse contexto, fizemos uma análise do processo de construção do PPP da referida escola, utilizando concomitantemente o suporte teórico.

4. A visão de PPP na Escola Evolução Infantil

A diretora X, proprietária da *Escola Evolução Infantil*, define o PPP como *um documento importante exigido para a regulamentação do Ensino*, ele é visto como prova do cumprimento de tarefas burocráticas, e é arquivado na escola.

A diretora nos contou sobre a construção do PPP durante o ano de 2013. Ela mencionou que a cada 6 anos é exigido, para fins de regulamentação do ensino, que a escola encaminhe às autoridades educacionais uma série de documentos, e entre eles está o Projeto Político Pedagógico. Foi aí a grande surpresa, quando fomos informadas que este documento é simplesmente negociado por pessoas da 3ª

região de ensino, ou seja, pessoas que deveriam fiscalizar o processo de construção do mesmo.

Perguntamos à Diretora X sobre como foi construído o primeiro projeto político pedagógico da escola, e ela nos respondeu o seguinte:

Quando foi fundada, a escola passou alguns anos funcionando sem registro, em seguida surgiu a necessidade de regulamentar o estabelecimento, foi quando no ano de 2006, a escola foi registrada pela primeira vez, através da prática de negociação de documentação. Recebi uma lista de exigências e o Projeto Político Pedagógico é um dos documentos mais complicados de se fazer, tem que reunir os pais, os professores, os alunos, é muita gente, requer muito tempo e eu tinha pressa, então me sugeriram alguns modelos considerados padrão e que se eu me interessasse era só fazer algumas adequações a realidade da escola. Eu pagaria um valor x, e uma determinada pessoa faria o projeto por mim. Aceitei por ser mais cômodo, mas isso nunca interferiu na qualidade de ensino da escola. Somos referência e temos um ensino de qualidade, o papel não diz nada, o nosso dia-a-dia é que faz a diferença.

Verificamos que a facilidade de conseguir esse documento, a falta de preparo da gestão e a dificuldade em reunir e coordenar a comunidade escolar e constituir um PPP em um processo democrático de decisões, faz com que essa prática de venda de PPP prontos, se torne cada dia mais comum.

No ano de 2012, começaram os preparativos para a renovação do Registro da Escola. E, entre as exigências estava, a construção do novo PPP, o que pudemos constatar é que realmente a direção não quer o envolvimento dos docentes, funcionários, alunos e pais neste processo. 6 anos depois do primeiro registro o PPP continua sendo visto como um documento burocrático que está engavetado na escola para fins de fiscalização. Neste ano, foram “enviados” como sugestão por pessoas da 3ª Região de Ensino, três modelos de PPP para a direção escolher e “adequar” o que mais se encaixasse à realidade da escola. Essa adequação deveria ser feita pela direção dentro do prazo determinado.

Vale salientar que, através da observação do cotidiano da escola, das conversas com funcionários e docentes, percebemos que a escola tem tudo para conseguir elaborar um PPP. Dispõe de uma equipe compromissada, com identidade própria. Mas, infelizmente essa identidade nem sempre é explícita ou, mesmo, reconhecida na própria escola, que acaba por reduzir sua função ao

repassa de conteúdos prontos e acabados, sem relacioná-los com o público ao qual atende.

Constatamos que, infelizmente a direção não tem interesse de refletir sobre a construção do Projeto Político Pedagógico na escola como um processo coletivo, envolvendo os diversos agentes que fazem parte da realidade escolar. Afirma que a escola funciona bem, que tem excelentes resultados e que juntar toda a comunidade envolvida só geraria conflitos e tumultos. Entendemos que por ser a dona da escola, a diretora acha que deve partir dela o que tem que ser feito. Por fim, não houve reuniões, e nem discussões sobre o assunto. Notamos então, que a *Escola Evolução Infantil*, ainda olha o PPP como um documento exigido apenas para regulamentação do Ensino, ele é visto simplesmente como prova do cumprimento de tarefas burocráticas, e em seguida é arquivado.

4.10 que dizem os docentes.

Há na LDB uma forte proposta relativa a autonomia docente, inclusive na participação e na elaboração do PPP da escola e na seleção de conteúdos disciplinares. No entanto, para que a proposta ocorra na prática, depende do engajamento do corpo docente da escola, o que nem sempre é facilitado devido às condições de trabalho, desvalorização do profissional de educação, refletida na remuneração, e uma conseqüente falta de tempo hábil para dedicação à escola.

Na Escola Evolução Infantil, os professores foram questionados sobre a participação docente na elaboração do PPP, como se dava a participação dos mesmos nos processos de tomada de decisões administrativas e pedagógicas. Visto que é um estudo de cunho qualitativo, foram entrevistadas quatro professoras que atuam nesta escola no turno da tarde. Denominadas aqui como: professora A, professora B, professora C e professora D

Os docentes entrevistados responderam da seguinte forma:

A direção nunca nos incentivou a participar de reuniões de tomadas de decisões, sejam estas pedagógicas ou administrativas. Quanto à participação na construção do Projeto Político Pedagógico, nunca tivemos acesso a ele, enquanto documento. Temos os nossos planejamentos mensais e reuniões quinzenais onde junto à coordenação discutimos a nossa prática, objetivos para o bimestre e o rendimento escolar dos alunos. No geral, as metas e decisões já chegam prontas para nós (PROFESSORA A).

As decisões da escola são tomadas pela direção. Não participamos de forma decisiva para tais, mas sempre participamos das reuniões onde somos ouvidas e temos liberdade de dar opinião, mesmo que estas não sejam acatadas. Sobre o projeto político pedagógico, sinceramente não sei responder, nunca tive acesso ao mesmo e não lembro de ter ouvido falar sobre ele nas reuniões (PROFESSORA B).

Participamos de reuniões e de planejamentos, só sei falar do meu planejamento, eu decido o que passo para os meus alunos, tenho autonomia em minha sala de aula, lá eu posso decidir. Projeto político pedagógico na verdade não conheço, só de ouvir falar na época de Universidade, se a escola tem ou não nunca perguntei e nunca fui informada (PROFESSORA C).

Projeto político pedagógico é o regimento escolar. Na verdade quando cheguei aqui ele já estava pronto. Não participei de nenhuma reunião relacionada à tomada de decisões, sejam elas administrativas ou pedagógicas. Sei que a escola tem um projeto definido, temos objetivos a serem alcançados, e disso somos informadas nas reuniões, e dentro desses objetivos planejamos nossas aulas (PROFESSORA D).

Verificamos através da fala das professoras que as mesmas não têm acesso ao PPP enquanto documento. O que eles falam é que a escola deixa bem claro os objetivos que devem ser alcançados e que eles fazem o melhor para que estes objetivos se cumpram. É importante ressaltar que observamos que nos encontros mensais de planejamento pedagógico, os docentes junto a coordenação, fazem uma avaliação periódica das metas e dos prazos determinados pela escola para ajustá-los conforme o resultado obtido pelos estudantes que pode ficar além ou aquém do previsto. Surgem diversos questionamentos tais como: as estratégias utilizadas para promover a aprendizagem fracassaram ou tiveram êxito? Os tempos foram curtos ou inadequados à realidade local? É possível ser mais ambicioso no que diz respeito às metas de aprendizagem? Apesar da imposição da Direção da escola quanto ao PPP, o bom relacionamento entre docentes e coordenação e o compromisso com que discutem e vivenciam as metas traçadas, sinaliza o que poderia ser o primeiro passo para a construção do PPP de qualidade.

Notamos que na prática o PPP não funciona como na teoria, mas percebemos uma busca por parte da comunidade escolar por um aprimoramento desse projeto que parece estar tão distante da realidade, mas que na verdade tem sido vivida de forma involuntária nessa busca por um rumo, por uma direção. As

reuniões de planejamento pedagógico tem trazido aos envolvidos no processo educativo, a vivência de um PPP almejado, pois ele não é apenas um documento, como já vimos, ele é principalmente *“uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente”* (Veiga, 1995).

5. Conclusão

Além da preocupação de que a escola tem de funcionar, é preciso refletir sobre o “como” ela irá funcionar, e isso, é claro, redundando no Projeto. A menos que uma escola se julgue sem problemas, perfeita (que seria um delírio gravíssimo), o planejamento é uma exigência vital. É o Projeto Político Pedagógico escolar que ajudará a resolver problemas, mudar o que for necessário e fazer da caminhada uma empreitada menos dolorosa. Daí, como assinalamos, o modelo participativo ser o mais apropriado. Trata-se de uma metodologia de trabalho, como diz Vasconcelos (2002, p. 172): “que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da escola”.

No planejamento participativo há um fluxo maior não só de desejos, mas de esperanças de uma outra prática onde possamos depois reconhecer que valeu a pena todo o trabalho.

É um engano achar que a gestão pode tudo sozinha, e que o PPP não passa de uma exigência burocrática que em seguida será arquivado. O que muitos gestores ainda não entenderam é que o PPP, não é apenas um papel, e sim uma prática, uma vivência que acontece associada e em decorrência de uma ação planejada da prática pedagógica compromissada.

O que percebemos na escola pesquisada é que apesar do esforço da direção para manter a comunidade escolar afastada da construção do PPP, este funciona sim; não como o do papel, que foi comprado e “adequado à realidade escolar”, mas com base na real condição escolar, quando nos planejamentos pedagógicos a coordenação reúne professores e funcionários e entre eles discutem metas, traçam objetivos, buscam soluções para os problemas e avaliam sua prática, quando nas reuniões de pais e mestres os mesmos falam dos seus anseios e das expectativas quanto ao futuro dos seus filhos, quando os professores

comprometidos com seus alunos, deixam muitas vezes de lado a prática conteudista e se dedica a trabalhar a necessidade real da sala de aula.

Portanto, muito mais que um papel o PPP é a ação de planejar, de buscar um rumo, uma direção de forma intencional. Deve contar com o comprometimento do coletivo e, acima de tudo, levar em consideração a realidade social. Assim sendo, as somas desses pontos servirão para a realização de mudanças reais, valorizando os interesses de todos os envolvidos neste processo de construção, para uma educação emancipatória e de qualidade para todos.

6. REFERÊNCIAS

ANDRE, M. E. D. O projeto pedagógico como suporte para novas formas de avaliação. IN. Amélia Domingues de Castro e Anna Maria Pessoa de Carvalho (Orgs.). **Ensinar a Ensinar**. São Paulo, 2001.

BRASIL. Lei nº 9.394 – 20 dez. 1996, Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) Belo Horizonte: UFMG, 1997.

GADOTTI, Moacir. Pressupostos do Projeto Pedagógico. Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília: MEC, 1994.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. 5 ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

ROSENFELD, Denis L. O que é democracia. 4. ed. São Paulo: ed. Brasileira, 1994. (Coleção primeiros passos)

SAVIANI, Dermeval. "Para além da curvatura da vara". In: **Revista Andes** nº 3. São Paulo, 1982.

VASCONCELOS, Celso dos S. **Planejamento**: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2002.

_____. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 5.ed. São Paulo: Libertad, 2004.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. **Escola**: espaço do Projeto Político-Pedagógico. 4. ed. Campinas: Papyrus, 1998 a.

_____. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papyrus, 1998 b. p.11-35.

_____. (Org.) Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.